



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO N.º 13/2014

Disponibilização: 30 de junho de 2014

Período abrangido: 16 a 27 de junho de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA/FLORESTAS/CAÇA E PESCAS

- **FLORESTAS**
- **PESCAS**
- **VITIVINICULTURA**

4. AMBIENTE

5. CONSUMIDORES

6. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

7. CULTURA

8. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

9. DESPORTO

10. EDUCAÇÃO

11. ENERGIA

12. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES /FINANCEIRAS**

13. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

14. JUSTIÇA

DIGESTO – Sistema Integrado para o Tratamento de Informação Jurídica
Newsletter n.º 13/2014



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



15. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

17. SAÚDE

18. TRABALHO



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho

(Ministérios das Finanças e da Administração Interna)

Fixa as condições mínimas do seguro de acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários, incluindo os limites de capital seguro e riscos cobertos.

• QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS

Mapa Oficial n.º 1/2014, de 24 de junho

(Comissão Nacional de Eleições)

Torna Público o mapa oficial com os resultados da eleição e a relação dos Deputados eleitos ao Parlamento Europeu em 25 de maio de 2014.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaração de Retificação n.º 30/2014, de 18 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, que aprova um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 09 de janeiro, bem como procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, de 13 de maio de 2014.

Declaração de Retificação n.º 29/2014, de 18 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 76/2014, de 14 de maio, do Ministério da Economia que define os termos da extinção do SIEV - Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, S.A., criado pelo Decreto-Lei n.º 111/2009, de 14 de maio.

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

(Assembleia da República)

Publicita a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2014, de 25 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova um regime excecional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal.



[Lei n.º 36/2014, de 26 de junho](#)

(Assembleia da República)

Torna Público o regime jurídico das assembleias distritais.

[Lei n.º 37/2014, de 26 de junho](#)

(Assembleia da República)

Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital.

3. AGRICULTURA, FLORESTAS, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

- **FLORESTAS**

[Despacho n.º 8029/2014, de 19 de junho](#)

(Ministérios da Economia e da Agricultura e do Mar - Gabinetes do Ministro da Economia e da Ministra da Agricultura e do Mar)

Cria a Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF), que tem por missão acompanhar as relações entre os agentes das fileiras florestais.

- **PESCAS**

[Portaria n.º 128/2014, de 25 de junho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece para 2014, um período de exercício da pesca do camarão-branco-legítimo com armadilhas de sombreira.

[Portaria n.º 129/2014, de 25 de junho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (Quinta alteração) o Regulamento do Regime de Apoio a Projetos-piloto e à Transformação de Embarcações de Pesca, aprovado pela Portaria n.º 723-A/2008, de 01 de agosto.

[Portaria n.º 131/2014, de 25 de junho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece para 2014, um período de exercício da pesca da sardinha com arte de cerco.



- **VITIVINICULTURA**

Portaria n.º 130/2014, de 25 de junho

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define o regime para a produção e comércio dos vinhos e demais produtos vitivinícolas da indicação geográfica «Lisboa».

4. AMBIENTE

Portaria n.º 122/2014, de 16 de junho

(Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Disciplina as regras relativas à cobrança e ao pagamento das taxas devidas pelo acesso e visita às áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

Lei n.º 34/2014, de 19 de junho

(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredos de interesse público, os procedimentos de instrução e de comunicação e define o modelo de funcionamento do Registo Nacional do Arvoredos de Interesse Público.

Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.

Decreto-Lei n.º 97/2014, de 26 de junho

(Ministério da Economia)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/8/UE, relativa a determinados elementos e características dos tratores agrícolas ou florestais de rodas, a Diretiva n.º 2014/43/UE, relativa às medidas a tomar contra as emissões poluentes e de partículas poluentes provenientes dos motores destinados à propulsão dos tratores agrícolas ou florestais, e a Diretiva n.º 2014/44/UE, relativa à homologação de tratores agrícolas ou florestais, seus reboques e máquinas intermutáveis rebocadas, e dos sistemas, componentes e unidades técnicas.



5. CONSUMIDORES

Despacho n.º 7712/2014, de 16 de junho

(Ministério das Finanças-Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Fixa a cor e preço unitário da estampilha especial para tabacos manufacturados referente ao ano económico de 2015.

Decreto-Lei n.º 95/2014, de 24 de junho

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as regras a que deve obedecer a denominação de venda dos géneros alimentícios provenientes de «porco preto», em estado fresco ou transformado.

6. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2014, de 24 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa relativa à execução das intervenções no Hospital das Forças Armadas, Polo de Lisboa e no Campus de Saúde Militar no Lumiar, para o triénio 2014-2016.

7. CULTURA

Despacho n.º 7895/2014, de 18 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia - Gabinetes dos Secretários de Estado da Cultura, Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, dos Assuntos Fiscais, da Inovação, Investimento e Competitividade e do Turismo)

Cria o Grupo de Trabalho interministerial «Portuguese Film Commission».

8. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2014, de 27 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina o início do processo conducente à dissolução e liquidação da EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.



9. DESPORTO

Lei n.º 33/2014, de 16 de junho

(Assembleia da República)

Altera (Primeira alteração) a Lei n.º 74/2013, de 06 de setembro, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei.

Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

10. EDUCAÇÃO

Despacho n.º 7950/2014, de 18 de junho

(Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral do Ensino Superior)

Fixa os prazos em que devem ser submetidos os pedidos de registo da criação dos cursos técnicos superiores profissionais.

Despacho n.º 7953/2014, de 18 de junho

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

Determina o valor máximo dos custos por hora para os "Cursos do Ensino Artístico Especializado".

Portaria n.º 466/2014, de 19 de junho

(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e da Secretária de Estado da Ciência)

Publicita a extensão de encargos - Adesão de Portugal através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.) ao "Acordo Europeu de Consórcio da infraestrutura ELIXIR, European Life-Science Infrastructure for Biological Information".

Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho

(Ministério da Educação e Ciência)

Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

Recomendação n.º 1/2014, de 23 de junho

(Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação)

Torna pública a Recomendação sobre as "políticas públicas de Educação Especial".

Parecer n.º 4/2014, de 24 de junho



(Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação)

Torna público o Parecer sobre o projeto de diploma que aprova o Regime Jurídico dos Centros de Formação de Associações de Escolas.

[Parecer n.º 5/2014, de 24 de junho](#)

(Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação)

Torna público o projeto de diploma que aprova o Regime Jurídico do Ensino e Formação Profissional Dual.

[Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2014 de 14 de maio, do Ministério da Educação e Ciência que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré escolar e nos ensinos básico e secundário.

11. ENERGIA

[Declaração de retificação n.º 634/2014, de 23 de junho](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Retifica o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural.

[Diretiva n.º 10/2014, de 23 de junho](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Altera o Regulamento Tarifário do setor do gás natural.

[Diretiva n.º 11/2014, de 23 de junho](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Torna público as tarifas e preços de Gás Natural para o ano gás 2014-2015.

[Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de junho](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece a disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros eletroprodutores cuja energia elétrica seja remunerada por um regime de remuneração garantida.

[Portaria n.º 126/2014, de 25 de junho](#)

(Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece a proporção de substituição parcial de constituição de reservas de segurança aos operadores obrigados e o limite de reservas próprias a deter pela Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E.

[Portaria n.º 127/2014, de 25 de junho](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)



Altera (Primeira alteração) a Portaria n.º 59/2013, de 11 de fevereiro, que fixa a data de extinção das tarifas transitórias para fornecimento de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10000m³.

Portaria n.º 500/2014, de 26 de junho

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Fixa a taxa anual de remuneração prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 32/2014, de 28 de fevereiro.

12. FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 91/2014, de 20 de junho

(Ministério das Finanças)

Transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2011/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro, e procede à alteração do regime jurídico do acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 145/2006, de 31 de julho, que transpõe as Diretivas n.ºs 2002/87/CE, de 16 de dezembro, e 2005/1/CE, de 09 de março, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho.

- ***BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS***

Despacho n.º 7787-A/2014, de 16 de junho

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Fixa o preço das ações da REN.

Despacho n.º 7711/2014, de 16 de junho

(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)

Assegurar aos titulares das aplicações RAIIG a recuperação de até EUR 250.000 por titular, no âmbito da garantia do Estado autorizada nos termos do art. 81º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, num total de até 40 MEUR.

Despacho n.º 7896/2014, de 18 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia - Gabinetes do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade)



Atualiza as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 2.^a tranche do empréstimo-quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Instrução n.º 1/2014, de 23 de junho

(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Torna pública a emissão de obrigações do tesouro e estatuto de operadores de mercado.

13. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2014, de 24 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova as minutas dos contratos fiscais de investimento e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades.

14. JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2014, de 17 de junho

(Supremo Tribunal de Justiça)

Decide que um desconto "rappel" escalonado, cujo primeiro escalão se inicia na unidade (em euros, quilos, litros, etc.), é um desconto de quantidade que, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 370/93, de 29 de Outubro, na redação do Decreto-Lei n.º 140/98, de 16 de Maio, releva para a determinação do preço de compra efetivo, satisfeitas que se mostrem as restantes exigências de se encontrar identificado na fatura ou, por remissão desta, em contratos de fornecimento ou tabelas de preços e de ser suscetível de determinação no momento da respetiva emissão.

Relatório n.º 15/2014, de 18 de junho

Tribunal de Contas

Torna Público o Relatório de atividades e contas do Tribunal de Contas de 2013.

Declaração de retificação n.º 622/2014, de 19 de junho

(Ministério da Justiça - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.)

Retifica a deliberação n.º 1123/2014, de 23 de maio de 2014, que atualiza a tabela de taxas de propriedade industrial.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 26 de junho

(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas constantes da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014): artigo 33.º que procedeu à redução das remunerações dos trabalhadores do setor público;



n.ºs 1 e 2 do artigo 115.º, que sujeitam os montantes dos subsídios de doença e desemprego a uma contribuição de 5% e 6 %, respetivamente; n.ºs 1 a 7, 10,15 do artigo 117.º, que determinam novas formas de cálculo e redução de pensões de sobrevivência que cumulam com o recebimento de outras pensões. Não declara a inconstitucionalidade das normas do artigo 75.º da mesma Lei, que suspenderam o pagamento de complementos de pensões nas empresas do setor público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios; declara prejudicada a apreciação do pedido subsidiário que tinha por objeto a norma constante da alínea r) do n.º 9 do artigo 33.º da mesma Lei. Determina que a declaração da inconstitucionalidade relativa às normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro só produza efeitos a partir da data da presente decisão.

15. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

• QUESTÕES CONSULARES

Despacho (extrato) n.º 7802/2014, de 17 de junho

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Nizhniy Novgorod.

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23 de junho

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece um regime de integração excecional de docentes contratados, mediante concurso interno e externo extraordinário a realizar nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 16/2014/A, de 24 de junho

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Resolve reafirmar a importância do Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores e incentivar a sua divulgação nos estabelecimentos açorianos do ensino básico e secundário

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 17/2014/A, de 24 de junho

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Considera que a proposta apresentada pelo Governo da República, relativa à Televisão nos Açores, não resolve o essencial das questões respeitantes ao serviço público de Rádio e



Televisão para os Açores, e reafirma que a prestação do serviço público de Rádio e Televisão nos Açores é uma responsabilidade do Estado

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A, de 27 de junho](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Regulamenta o regime dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, suscetíveis de concessão ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que adapta o sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores.

17. SAÚDE

[Declaração de retificação n.º 609-A/2014, de 16 de junho](#)

(Ministério da Saúde - Direção-Geral da Saúde)

Retifica o despacho n.º 5681-A/2014, de 29 de abril de 2014, que determina a notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública.

[Portaria n.º 123-A/2014, de 19 de junho](#)

(Ministério da Saúde)

Estabelece os critérios de criação e revisão de Redes Nacionais de Especialidades Hospitalares e de Referência, bem como as áreas que as mesmas devem abranger.

[Despacho n.º 8175-A/2014, de 23 de junho](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Identifica como carenciados, nas respetivas áreas de especialização, os serviços e estabelecimentos de saúde, no âmbito da contratação de médicos que concluíram a respetiva formação médica especializada na 1.ª época de 2014.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2014, de 24 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa relativa à execução das intervenções no Hospital das Forças Armadas, Polo de Lisboa e no Campus de Saúde Militar no Lumiar, para o triénio 2014-2016.

[Despacho n.º 8264/2014, de 25 de junho](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições, no âmbito da implementação de um programa de eficiência energética, a adotar pelas entidades públicas do sector da saúde.



18. TRABALHO

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

(Assembleia da República)

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2014, de 27 de junho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012, de 31 de outubro, que define os critérios mínimos, necessários e cumulativos a observar no procedimento para a emissão de portaria de extensão.